

# BOLETIM INFORMATIVO

Brasília, 21 de agosto de 2020.

<b>TRABALHISTA</b>	
<b>NORMA</b>	<b>EMENTA</b>
<a href="#"><u>Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 113, de 2020</u></a> Publicada no DOU 20.08.2020	<p>O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 955, de 20 de abril de 2020, que "Revoga a Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e altera a legislação trabalhista", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 17 de agosto de 2020.</p>
<a href="#"><u>Portaria nº 18.775, de 7 de agosto de 2020</u></a> Publicada no DOU 10.08.2020	<p>Autoriza a execução das atividades teóricas e práticas dos programas de aprendizagem profissional na modalidade à distância, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.</p>
<a href="#"><u>Decreto nº 10.422, de 13 de julho de 2020</u></a> Publicada no DOU 14.07.2020	<p>Prorroga os prazos para celebrar os acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.</p>
<a href="#"><u>Portaria nº 16.655, de 14 de julho de 2020</u></a> Publicada no DOU 14.07.2020	<p>Disciplina hipótese de recontração nos casos de rescisão sem justa causa, durante o estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 (Processo nº 19965.108664/2020-06).</p>
<a href="#"><u>Lei nº 14.023, de 8 de julho de 2020</u></a> Publicada no DOU 09.07.2020	<p>Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar a adoção de medidas imediatas que preservem a saúde e a vida de todos os profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem</p>

	<p>pública, durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.</p>
<p><a href="#">Lei nº 14.020, de 6 de junho de 2020</a> Publicada no DOU 07.07.2020</p>	<p>Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências.</p>
<p><a href="#">Mensagem n. 374 do Presidente da República</a> Publicada no DOU 03.07.2020</p>	<p>Projeto de Lei nº 1.562, de 2020, que "Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.</p>
<p><a href="#">Lei nº 14.019, de 2 de julho de 2020</a> Publicada no DOU 03.07.2020</p>	<p>Mensagem de veto Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.</p>

<p><a href="#">Portaria nº 14.782, de 19 de junho de 2020</a> Publicada no DOU 22.06.2020</p>	<p>Disciplina procedimentos relativos ao recurso de embargo e interdição em atividades essenciais, assim consideradas aquelas definidas no Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, durante o enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) decretada pelo Ministro de Estado da Saúde, em 3 de fevereiro de 2020, nos termos do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. (Processo nº 19964.105643/2020-31)</p>
<p><a href="#">Portaria Conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020</a> Publicada no DOU 19.06.2020</p>	<p>Estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nos ambientes de trabalho (orientação gerais). (Processo nº 19966.100581/2020-51)</p>
<p><a href="#">Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 67, de 2020</a> Publicada no DOU de 18.06.2020</p>	<p>O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2 001, a Medida Provisória nº 955, de 20 de abril de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Revoga a Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e altera a legislação trabalhista", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.</p>
<p><a href="#">Resolução nº 961, de 5 de maio 2020</a> Publicada no DOU de 07.05.2020</p>	<p>Estabelece regra, excepcional e transitória, para os parcelamentos de débitos do FGTS, e altera a Resolução CCFGTS nº 940, de 2019, que estabelece normas para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS.</p>
<p><a href="#">Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 71, de 2020</a> Publicado no DOU de 29.06.2020</p>	<p>A Medida Provisória nº 959, de 29 de abril de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, e prorroga a vacatio legis da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais</p>

	- LGPD", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
<a href="#">Medida Provisória nº 959, de 29 de abril de 2020</a> Publicada no DOU de 29.4.2020	Estabelece a operacionalização do pagamento do benefício emergencial de preservação do emprego e da renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020 e prorroga a vacatio legis da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.
<a href="#">Portaria nº 7.806, de 18.3.2020</a> Publicada no DOU de 20.03.2020	Estabelece medidas quanto ao funcionamento das unidades de atendimento da Secretaria de Trabalho, em caráter excepcional, em razão da pandemia de COVID-19. (Processo nº 19955.100318/2020-91).
<a href="#">Resolução nº 851, de 18.3.2020</a> Publicada no DOU de 19.03.2020	Dispõe sobre a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT PDE, para o exercício de 2020.

## TRIBUTÁRIA

NORMA	EMENTA
<a href="#">Resolução nº 974, de 11 de agosto de 2020</a> Publicada no DOU 12.08.2020	Autoriza a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a celebrar transação individual ou por adesão na cobrança da dívida ativa do FGTS, nos termos da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, observados os limites e condições estabelecidas.
<a href="#">Portaria nº 18.731, de 6 de agosto de 2020</a> Publicada no DOU 07.08.2020	Estabelece as condições para transação excepcional de débitos do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).
<a href="#">Instrução Normativa nº 1.969, de julho de 2020</a> Publicada no DOU 30.07.2020	Dispõe sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativa a Títulos e Valores Imobiliários (IOF).

<p><a href="#">Lei nº 14.025, de 14 de julho de 2020</a> Publicada no DOU 15.07.2020</p>	<p>Altera excepcionalmente as alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos que especifica e ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.</p>
<p><a href="#">Despacho do Presidente da República, mensagem nº 395, de 14 de julho de 2020</a> Publicada no DOU 15.07.2020</p>	<p>Que comunica ao Senado Federal, o veto parcial, por inconstitucionalidade, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2020 (MP n o 932/20), que altera excepcionalmente as alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos que especifica e ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.</p>
<p><a href="#">Decreto nº 10.414, de 2 de julho de 2020</a> Publicada no DOU 03.07.2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.</p>
<p><a href="#">Portaria nº 15.413, de 29 de junho de 2020</a> Publicada no DOU 01.07.2020</p>	<p>Altera a Portaria PGFN n. 7.821, de 18 de março de 2020, para prorrogar a suspensão temporária de medidas de cobrança administrativa da dívida ativa da União, e a Portaria PGFN n. 9.924, de 14 de abril de 2020, para prorrogar o prazo de adesão à transação extraordinária, em função dos efeitos da pandemia causada pela COVID-19 na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU.</p>
<p><a href="#">Retificação</a> Publicada no DOU de 18.06.2020</p>	<p>Na Portaria n 247, de 16 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 114, de 17 de junho de 2020, Seção 1, páginas 44 e 45, no parágrafo único do art. 2º onde se lê: "A disposto no inc. VIII será efetivado, ...", leia-se: "O disposto no inciso VIII do caput será efetivado, ..."</p>
<p><a href="#">Portaria nº 14.402, de 16 de junho de 2020</a> Publicada no DOU de 17.06.2020</p>	<p>Estabelece as condições para transação excepcional na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19) na perspectiva de recebimento de créditos inscritos.</p>
<p><a href="#">Portaria nº 247, de 16 de junho de 2020</a> Publicada no DOU de 17.06.2020</p>	<p>Disciplina os critérios e procedimentos para a elaboração de proposta e de celebração de transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica e no de pequeno valor.</p>
<p><a href="#">Portaria nº 245, de 15 de junho de 2020</a> Publicada no DOU de 17.06.2020</p>	<p>Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus.</p>

<p><a href="#">Portaria nº 201, de 11 de maio de 2020</a> Publicada no DOU de 12.05.2020</p>	<p>Prorroga os prazos de vencimento de parcelas mensais relativas aos programas de parcelamento administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em decorrência da pandemia da doença causada pelo coronavírus 2019 (Covid-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).</p>
<p><a href="#">Instrução Normativa nº 43, de 8 de junho de 2020</a> Publicada no DOU de 09.06.2020</p>	<p>Dispõe sobre a dispensa, o parcelamento, a compensação e a suspensão de cobrança de débito resultante de multa administrativa, prevista nas Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, não inscritas em dívida ativa.</p>
<p><a href="#">Portaria nº 158, de 15 de abril de 2020</a> Publicada no DOU de 16.4.2020</p>	<p>Altera a Portaria MF nº 156, de 24 de junho de 1999, que estabelece requisitos e condições para a aplicação do Regime de Tributação Simplificada instituído pelo Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980.</p>
<p><a href="#">Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020</a> Publicada no DOU de 14.4.2020</p>	<p>Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica; e altera as Leis nos 13.464, de 10 de julho de 2017, e 10.522, de 19 de julho de 2002.</p>
<p><a href="#">Resolução nº 152, de 18.3.2020</a> Publicada no DOU de 18.03.2020 - Edição extra D</p>	<p>Prorroga o prazo para pagamento dos tributos federais no âmbito do Simples Nacional.</p>
<h2>ADMINISTRATIVO</h2>	
<h3>NORMA</h3>	<h3>EMENTA</h3>
<p><a href="#">Portaria nº 15725287 -CGCSP/DIREX/PF, de 17 de agosto de 2020</a> Publicada no DOU 18.08.2020</p>	<p>Estabelece normas e procedimentos para o retorno das atividades fiscalizatórias, retomada de prazos dos processos punitivos e autorizativos no âmbito das áreas afetas à Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos.</p>
<p><a href="#">Lei nº 14.035, de 11 de agosto de 2020</a> Publicada no DOU 12.08.2020</p>	<p>Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para a aquisição ou</p>

	contratação de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.
<a href="#">Portaria nº 18.560, de 4 de agosto de 2020</a> Publicada no DOU 05.08.2020	Altera a Portaria SEPRT nº 10.486, de 22 de abril de 2020, para dispor sobre os procedimentos operacionais relativos ao cumprimento de exigências e à interposição de recursos administrativos em face de decisões relativas ao Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - BEm, de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020 (Processo nº 19965.107128/2020-85).
<a href="#">Lei nº. 14.030, de 28 de julho de 2020</a> Publicada no DOU 29.07.2020	Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as Leis nos 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências.
<a href="#">Portaria nº 15407682, de 17 de julho de 2020</a> Publicada no DOU 21.07.2020	Estabelece normas e procedimentos para suspensão de processos punitivos, bem como prorrogação de autorizações e processos autorizativos no âmbito das áreas afetas à Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos.
<a href="#">Portaria nº 14, de 13 de julho de 2020</a> Publicada no DOU 14.07.2020	Regulamenta o procedimento para a transação por proposta individual do devedor dos créditos cuja cobrança compete à Procuradoria-Geral da União, nos termos da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e da Portaria AGU nº 249, de 8 de julho de 2020.
<a href="#">Portaria nº 333, de 9 de julho de 2020</a> Publicada no DOU 10.07.2020	Regulamenta a transação por proposta individual dos créditos administrados pela Procuradoria-Geral Federal, conforme previsto na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e Portaria AGU nº 249, de 8 de julho de 2020.
<a href="#">Portaria nº 249, de 8 de julho de 2020</a> Publicada no DOU 09.07.2020	Regulamenta a transação por proposta individual dos créditos administrados pela Procuradoria-Geral Federal e dos créditos cuja cobrança compete à Procuradoria-Geral da União.

<p><a href="#">Decreto nº 10.344, de 11 de maio de 2020</a> Publicada no DOU de 11.05.2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.</p>
<p><a href="#">Retificação - Decreto nº 10.329, de 28 de abril de 2020</a> Publicado no DOU de 04.05.2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.</p>
<p><a href="#">Decreto nº 10.329, de 28 de abril de 2020</a> Publicada no DOU de 29.4.2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.</p>
<p><a href="#">Lei nº 13.982, de 2.4.2020</a> Publicada no DOU de 2.4.2020 -Edição extra-A</p>	<p>Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.</p>
<p><a href="#">Decreto nº 10.292, de 25.3.2020</a> Publicado no DOU de 26.3.2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.</p>
<p><a href="#">Portaria nº 105, de 24.3.2020</a> Publicada no DOU de 25.3.2020</p>	<p>Suspende os prazos para apresentação de defesa e interposição de recurso nos processos administrativos de apuração de infração administrativa instaurados por descumprimento a deveres instituídos pela Lei nº 9.933/1999.</p>
<p><a href="#">Portaria nº 138, de 23.3.2020</a> Publicada no DOU de 24.3.2020</p>	<p>Autoriza a utilização excepcional dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública repassados no exercício de 2019, na forma da Portaria nº 793, de 24 de outubro de 2019, para ações de segurança pública e defesa social necessárias ao combate emergencial dos efeitos decorrentes da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).</p>
<p><a href="#">Decreto nº 10.288 de 22.3.2020</a> Publicado no DOU de 22.3.2020 - Edição extra – J</p>	<p>Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir as atividades e os serviços relacionados à imprensa como essenciais.</p>



<p><a href="#">Portaria nº 111, de 27.3.2020</a> Publicada no DOU de 30.3.2020</p>	<p>Aprova condições extraordinárias para realização das atividades de avaliação da conformidade durante a pandemia do coronavírus (COVID-19).</p>
<p><a href="#">Decreto nº 10.282, de 20.3.2020</a> Publicado no DOU de 20.3.2020 - Edição extra - G e republicado no DOU de 21.03.2020 - Edição extra- H</p>	<p>Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.</p>
<p><a href="#">Portaria nº 454, de 20.3.2020</a> Publicada no DOU de 20.3.2020 - Edição extra – F</p>	<p>Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19).</p>
<p><a href="#">Portaria nº 412, de 20.3.2020</a> Publicada no DOU de 23.3.2020</p>	<p>Dispõe sobre a manutenção de direitos dos segurados e beneficiários do INSS em razão das medidas restritivas no atendimento ao público para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19).</p>
<p><a href="#">Portaria nº 8.024, de 19.3.2020</a> Publicado no DOU de 20.03.2020</p>	<p>Dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19). (Processo nº 10128.106029/2020-73).</p>
<p><a href="#">Lei nº 13.979, de 6.2.2020</a> Publicada no DOU de 7.2.2020</p>	<p>Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.</p>

## LINHAS CRÉDITOS

<b>NORMA</b>	<b>EMENTA</b>
<p><a href="#">Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020</a> Publicada no DOU 20.08.2020</p>	<p>Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e nº 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências.</p>

<p><a href="#">Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020</a> Publicada no DOU 20.08.2020</p>	<p>Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), e altera as Leis nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e nº 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências.</p>
<p><a href="#">Portaria nº 19.492, de 18 de agosto de 2020</a> Publicada no DOU 19.08.2020</p>	<p>Prorroga por três meses o prazo para formalização de operações de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).</p>
<p><a href="#">Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020</a> Publicada no DOU 16.07.2020</p>	<p>Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
<p><a href="#">Portaria nº 1.191, de 16 de julho de 2020</a> Publicada no DOU 16.07.2020</p>	<p>Altera a Portaria RFB nº 978, de 8 de junho de 2020, que dispõe sobre o fornecimento de informações para fins de análise para a concessão de créditos a microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.</p>
<p><a href="#">Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020</a> Publicada no DOU 09.07.2020</p>	<p>Dispõe sobre as regras e os para operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos, realizadas entre o fornecedor e instituição financeira, por meio do Portal de Crédito digital, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.</p>
<p><a href="#">Portaria nº 249, de 8 de julho de 2020.</a> Publicada no DOU 09.07.2020</p>	<p>Regulamenta a transação por proposta individual dos créditos administrados pela Procuradoria-Geral Federal e</p>

	dos créditos cuja cobrança compete à Procuradoria-Geral da União.
<p><a href="#">Resolução nº 4.791, de 26 de março de 2020</a>          Publicada no DOU 30.03.2020</p>	<p>Altera a Resolução nº 4.782, de 16 de março de 2020, que estabelece, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da Covid-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para fins de gerenciamento de risco de crédito.</p>
<p><a href="#">Resolução nº 4.782, de 16.3.2020</a>          Publicada no DOU de 17.3.2020</p>	<p>Estabelece, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da Covid-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para fins de gerenciamento de risco de crédito.</p>

Fontes: Diário Oficial da União (<http://www.in.gov.br/web/guest/inicio>) e portal <https://www.gov.br/planalto/pt-br>)